Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul
GAB. CONS. JERSON DOMINGOS

DECISÃO SINGULAR DSG - G.JD - 7360/2015

PROCESSO TC/MS	: TC/3822/2014
PROTOCOLO	: 1483991
ÓRGÃO	: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE
JURISDICIONADO E/OU INTERESSADO (A)	: GILMAR ANTUNES OLARTE
TIPO DE PROCESSO	: PROCESSO LICITATÓRIO ADM
RELATOR (A)	: JERSON DOMINGOS

Em exame o procedimento licitatório (Pregão Presencial nº 175/2013), realizado pelo Município de Campo Grande, em que se registraram os preços ofertados pelas empresas **Villar Cavalcanti Dias – ME, Comercial Campanário Ltda – ME** e **A.A.M. dos Santos – ME**, visando à aquisição de conjuntos escolares para atender a Secretaria Municipal de Educação - SEMED.

A equipe técnica ao analisar a documentação encaminhada concluiu que o procedimento licitatório encontra-se em consonância com as normas de Licitações e Contratações Públicas, atendendo ao estatuído na Instrução Normativa e Regimento Interno desta Corte de Contas (Análise nº 17030/2015 - folhas 427/430).

O Representante do Ministério Público de Contas emitiu parecer opinando pela legalidade e regularidade do procedimento licitatório acima especificado (Parecer nº 11965/2015 - f. 431).

É o que cabe relatar.

Trata-se da análise do procedimento licitatório (Pregão Presencial nº 175/2013), realizado pelo Município de Campo Grande - MS, visando à aquisição de conjuntos escolares para atender a Secretaria Municipal de Educação - SEMED.

O objeto do certame em epígrafe foi homologado às seguintes empresas: **Villar Cavalcanti Dias – ME,** no valor de R$ 307.100,00, **Comercial Campanário Ltda – ME,** no valor de R$ 306.730,00 e **A.A.M. dos Santos – ME,** no valor de R$ 150.980,00.

O Procedimento licitatório pregão presencial foi devidamente formalizado, de acordo com as determinações contidas nas Leis nº 10.520/02 e 8.666/93 e alterações, respeitando a Instrução Normativa TC/MS nº 35/2011.

Mediante o exposto, acolho a análise da 3ª ICE e o parecer emitido pelo Representante do Ministério Público de Contas e, nos termos do art. 59, inciso I da Lei Complementar nº 160/12 c/c os artigos 120, inciso I, ambos do Regimento Interno desta Corte de Contas, aprovado pela RN/TCE/MS nº 76/2013, **DECIDO :**

I - Pela **REGULARIDADE** do procedimento licitatório na licitatório Pregão Presencial nº 175/2013, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Campo Grande- MS e as empresas Villar Cavalcanti Dias – ME, Comercial Campanário Ltda – ME e A.A.M. dos Santos – ME, nos termos do art. 59, I, da Lei Complementar nº 160/2012 c/c o art. 120, I, "a" e 122, I e II da Resolução Normativa nº 76/2013.

II - Após a publicação **REMETAM-SE** os autos à 3ªICE para subsidiar a análise das respectivas contratações, e demais providências.

III - pela **COMUNICAÇÃO** do resultado desta Decisão aos interessados, em conformidade com o art. 50 da Lei Complementar nº 160/2012 c/c art. 70, § 2º da Resolução Normativa nº 76/2013.

Campo Grande/MS, 06 de outubro de 2015.

Jerson Domingos
Conselheiro Relator

GDH